

A LÓGICA DO CAPITAL NO ESPAÇO HETEROGÊNEO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DESIGUAL

PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

Professor Assistente na
Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas da Universidade
Federal de Goiás. Contato:
<pheduarte@ufg.br>.

TIAGO CAMARINHA LOPES

Professor Assistente na
Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas da Universidade
Federal de Goiás. Doutorando
em Economia no Instituto de
Economia da Universidade
Federal de Uberlândia (IE-
UFU). Agradecemos ao prof.
César Ortega pelas orientações
iniciais sobre o tema de Desen-
volvimento Territorial e aos
pareceristas anônimos da Re-
vista da Sociedade Brasileira de
Economia política, cujos apor-
tamentos contribuíram para
aperfeiçoar a apresentação.

Resumo

O processo de globalização e do próprio desenvolvimento do modo de produção do capital no tempo e no espaço foi durante muito tempo descrito como “homogeneizador”. Os estudos empíricos e teóricos recentes indicam que, na verdade, este processo opera de forma desigual e combinada, criando ao mesmo tempo padrões únicos de organização da produção e distribuição e particularidades sociais e culturais em torno desta organização. As implicações de ação política derivadas destes estudos para o progresso global e local são adequadamente expostas por David Harvey ao realizar a combinação entre a geografia e a economia política marxista no estudo dos territórios no capitalismo.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial; geografia; capitalismo.

Classificação JEL: A12; R00.

Abstract

The globalization process and the development of the capitalist mode of production itself in time and space was for long considered creator of “homogeneity”. Recent empirical and theoretical studies have shown that, in reality, this process operates in an unequal and combined way, creating at the same time unique patterns of organization of production and distribution, as well as social and cultural particularities. The political implications derived from these studies for the global and local

progress are adequately exposed by David Harvey when he combines geography with Marxist political economy in the studies of territories in capitalism.

Keywords: territorial development; geography; capitalism.

I. Introdução

A formação de um mercado mundial, processo histórico relativamente antigo que preparou terreno para a ascensão do modo de produção capitalista, gerou diversos problemas para a análise dos desenvolvimentos econômicos e sociais no plano regional. Assim que a dinâmica central do sistema passa a ser condizente com a lógica de valorização de valor, as atividades de reprodução material locais não podem ser estudadas como se elas fossem independentes da totalidade econômica capitalista. Recentemente, a consolidação da economia global em bases de transporte e comunicação instantânea lançou desafios para a análise destas unidades aparentemente desconectadas do modo de produção global dominante. A ideia de que as barreiras geográficas desapareceriam e de que a sociedade humana operaria um sistema homogêneo precisa ser completamente revista, caso se queira apreender com exatidão o

que ocorre com os territórios neste processo de globalização.

O problema, conforme aponta Brandão (2007), é que, levando em conta a aparência do desenvolvimento total, e assim, desconsiderando as hierarquias e consequentes conflitos pela apropriação de riqueza, “*teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global*” (*ibidem*, p. 35). Haesbaert (2006) sintetizou tal raciocínio – de desaparecimento das determinações nacionais e locais – como se os governos não tivessem mais nenhum raio de ação, com a noção de “fim dos territórios”. Sua crítica contra a noção da liquidação da cultura local indica que, muito além de uma simples homogeneização dos territórios ou de um processo cabal de desterritorialização, haveria, em contrapartida, um de reterritorialização. Deste modo, a recriação incessante de espaços característicos de certa cultura ou tradição inviabilizaria o ideal de que o mundo seria plano, na terminologia de Friedman (2005).¹

Toda uma sequência de literatura desenvolveu-se com base nessa impressão, com o que a centralidade das disputas, da heterogeneidade e das desigualdades foi deixada de lado. O mais preocupante do ponto de vista científico é que a eventual recuperação da importância das localidades deu-se com base em formas ideológicas

voluntaristas, como se o movimento de progresso dependesse apenas da força de vontade das pessoas vivendo no território em questão. O conceito de capital social ganhou aqui um espaço profícuo para seu desenvolvimento, e assim os aspectos de interação social local, cooperação e relações de mutualidade tiveram boa dose de atenção na busca por uma teoria dos territórios na globalização sem que se lembrasse que o processo de integração econômica promovido pelo capitalismo é incessante e que a solução para a crise do sistema consiste em explorar seus progressos científicos e tecnológicos na construção de uma nova forma de organização da produção e distribuição.

Para recolocar os estudos de desenvolvimento territorial nos trilhos de uma pesquisa voltada para a ação condizente com os interesses dos direta e indiretamente afetados pela globalização enquanto força externa, é preciso conectar as determinações gerais, fora do domínio local e que se impõem de acordo com o desenvolvimento capitalista mundial, com as determinações específicas, regionais ou locais. Além de ser um eixo de análise que combine conhecimentos de diversas áreas, como a geografia, a história e a economia, defendemos que esta retomada teórica deve também conter elementos fundamentais que permitam organizar todos os fenômenos da dinâmica territorial em um arcabouço único bem delimitado. Este arcabouço, de acordo com o estudo aqui efetuado, é a teoria econômica

desenvolvida a partir da crítica da economia política realizada por Karl Marx.

Toda dificuldade reside em mediar corretamente a lógica de valorização do valor (causa explicativa última de todo movimento do sistema econômico do presente) com as especificidades e determinações das ações humanas que não podem ser explicadas pelo cálculo econômico capitalista em sua versão mais pura. Com o intuito de encontrar direcionamentos neste sentido, este artigo argumenta que diversas contribuições de autores envolvidos no tema devem confluir para a sistematização de princípios gerais da geografia, cuja expressão concreta no modo de produção capitalista veio a ser denominada por David Harvey como desenvolvimentos geográficos desiguais, algo que expressa um movimento específico para o espaço e território, cuja contrapartida mais abstrata é a lei do desenvolvimento desigual e combinado, ou o próprio movimento dialético.

2. Globalização como promessa homogênea

O chamado processo de globalização, que ganhou importante destaque na literatura econômica nos últimos 30 anos,² é resultado direto das decisões que encerraram a “Era de Ouro” do capitalismo (expressadas no fim da ordem pactuada em Bretton Woods e na crise que pôs fim, nos países centrais, às políticas

de corte keynesiano e de proteção social, e nos países periféricos, às políticas industrializantes de alguns de seus Estados desenvolvimentistas) e que deram nova configuração às relações internacionais nos planos econômico, político, ideológico e geopolítico.³ A globalização seria, então, a expressão política dessa configuração, entendida enquanto um fenômeno que se inicia com a expansão e desnacionalização financeira norte-americana dos anos 1960, que se alimenta da crise e do novo sistema de taxas cambiais flutuantes dos anos 1970, e atinge, nos anos 1980 e 1990, com o fim do bloco socialista, proporções universais de abertura comercial e desregulação da maioria dos mercados monetários e financeiros, tanto no centro quanto na periferia.

O fenômeno da globalização trazia consigo um fundo de otimismo universal, tanto para liberais quanto para socialistas. Esse otimismo era consubstanciado, para os primeiros, na confirmação histórica de que haveria uma associação necessária entre as economias de mercado e os regimes políticos liberais, através da qual os países portadores de um capitalismo autoritário acabariam se democratizando, fato essencial para que não deixassem de ser economias eficientes e competitivas; enquanto que, para os segundos, o otimismo estava presente na conjunção da vitória contra os regimes ditatoriais e no surgimento da possibilidade de experimentação de formas mais diretas e comunitárias de democracia, movimento fortalecido pela

fragilização dos Estados nacionais e pela revitalização das estruturas de governo de regiões caracterizadas pelo alto grau de homogeneidade cultural e pela forte autonomia fiscal. (Fiori, 1997a, p. 217-218)

O clima de otimismo era ainda intensificado pela consolidação da perspectiva, principalmente por parte dos entusiastas do fenômeno, de que a globalização era um processo benéfico e necessário, ainda que carregasse em si algumas controvérsias e inconvenientes. A globalização era posta como expressão da liberalização das forças de mercado, que durante séculos permaneceram presas aos entraves colocados pelas tentativas de manter sob controle a condução da economia internacional. Assim, para que todos os campos da vida social fossem submetidos aos benefícios da valorização do capital privado, era necessária a adaptação da sociedade às novas exigências e obrigações colocadas para a efetivação dos processos de liberalização e desregulamentação.

De acordo com Fiori (1997b, p. 230-231), a ideologia dominante da globalização se sustentaria a partir de três eixos. O primeiro trata a globalização enquanto uma resultante exclusiva das forças de mercado. Nesse sentido, trata-se de uma nova realidade econômica movida pela força material da expansão capitalista – e por isso, absolutamente necessária e irrecusável para qualquer governo dotado de um mínimo

de realismo –, gerada a partir do efeito simultâneo da terceira revolução tecnológica e do aumento da extensão e intensidade da competição empresarial em nível global. O segundo trata a globalização enquanto um fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador, capaz de produzir uma revolução mundial nos planos da produção, da produtividade e da riqueza. Por conta disso, ela se mostra como uma realidade à qual os países devem inevitavelmente se ajustar, para evitar sua completa exclusão dos processos econômicos e políticos. Por fim, o terceiro vê a globalização enquanto promotora da redução pacífica e inevitável da soberania dos Estados nacionais – o que, para alguns autores, já poderia ser visto como o fim ou até a inutilidade do Estado. Esses eixos foram, ao longo dos anos, reforçados pela própria dinâmica da economia internacional e dos países centrais, especialmente na figura das instituições financeiras e dos industriais, que se lançaram no esforço de buscar canais mais amplos de investimento e novos mercados, ao mesmo tempo em que os governos aceleravam a realização de políticas públicas de internacionalização dos mercados financeiros, por meio da flexibilização desses mercados e do abandono do controle de câmbio. Ademais, o próprio colapso do sistema de Bretton Woods, a crise da inflação nos países centrais, a tendência à “desindustrialização” na Inglaterra e nos Estados Unidos, a mudança do método de produção padronizada e em massa

para uma produção mais flexível e a substituição da noção de corporação oligopolista enraizada nacionalmente para as grandes empresas multinacionais estruturadas de forma menos rígida acabavam por incentivar a consolidação de uma nova forma de organização da economia internacional, fundamentada no processo de globalização.

Assim, a globalização acaba se firmando enquanto um conceito consensual referente a um fenômeno universal, contínuo, progressivo e hegemônico, dentro do qual o único e possível papel a ser desempenhado pelo Estado nacional seria a condução de uma política eficiente de inserção numa mesma globalização, que é comum e atinge a todos de forma igualitária. Os processos de desregulamentação e flexibilização comercial e financeira, enquanto mecanismos essenciais do fenômeno globalizante, permitiriam aos países centrais a busca de novos espaços de valorização de seus capitais, ao mesmo tempo em que davam aos países periféricos o acesso a recursos – financeiros, materiais e comerciais –, métodos produtivos e formas de organização que os elevaria a uma nova etapa de desenvolvimento. Ao colocar à disposição de todos os mesmos recursos, ao permitir a livre movimentação do capital e ao exaltar a democracia como a forma de organização política dos “tempos modernos”, a globalização acabaria por conduzir todos os países a processos de uniformização e homogeneização econômica,

política e social até então nunca verificados. Para conduzir os países a esses processos, tal qual postulado pelos defensores do fenômeno da globalização, era então necessária a completa desarticulação das barreiras que impediam a livre circulação dos recursos. Dito de outra forma, as fronteiras definidas pelos Estados-nação deveriam ser rompidas, vale dizer, os territórios dos países deveriam ser desconstruídos.

A noção de território proposta por Haesbaert (2004, p. 40) agrupa três vertentes básicas: i) a política (ou jurídico-política), onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, que na maioria das vezes é relacionado ao poder político do Estado; ii) a cultural (ou simbólico-cultural), em que o território é visto como um produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e iii) a econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, na qual o território é tido como fonte de recursos ou como o espaço no qual se travam os embates entre as classes sociais e na relação capital-trabalho. A partir dessa noção, poder-se-ia dizer que o processo de globalização resultaria, do ponto de vista político, na redução da ação e do poder do Estado, do ponto de vista cultural, na uniformização de costumes, tradições e normas comportamentais, através da imposição das culturas mais fortes sobre as mais fracas, e do ponto de vista econômico, na difusão de

recursos e capitais, de forma igualitária a todos os países. Tais aspectos permitiriam a continuidade do processo de expansão capitalista para os países centrais, e a elevação do grau de desenvolvimento para os países periféricos.

O território assim definido, então, inevitavelmente se enfraqueceria mediante a emergência de um espaço global, o qual criaria condições benéficas para o desenvolvimento das nações. Tal desenvolvimento encaminharia, necessariamente, para uma homogeneização desses territórios, uma vez que eliminaria as particularidades e especificidades de cada um deles.

O amálgama territorial, que no passado era dado pela energia, oriunda dos próprios processos naturais, ao longo do tempo vai gradativamente cedendo espaço à informação, hoje o verdadeiro instrumento da união entre as diversas partes de um território. O território reúne informações local e externamente definidas, vinculadas a um conteúdo técnico e a um conteúdo político, uma dialética que se afirma mediante um controle local da técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção. O comando local do território depende de sua densidade técnica e/ou funcional-informacional, enquanto o controle distante, global, a escala da política, ao contrário do que acontecia antes do enfraquecimento do Estado territorial, é completamente dissociado, o que acirra os conflitos entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global racionalizador e em rede. (Santos⁴ *apud* Haesbaert, 2004, p. 60)

Na medida em que esse espaço global acaba por se impor ao espaço de poder local, e consequentemente, os fundamentos que delimitam o território são enfraquecidos e desarticulados, seria operado em nível global um processo de “desterritorialização”, que pode ser entendido enquanto um movimento através do qual se “abandona o território”, ou dito de outra forma, as barreiras territoriais são desarticuladas e abrem espaço para a consolidação de novas relações tanto ao nível externo quanto interno. Esse processo seria o resultado último – e obviamente, conformador das consequências benéficas – do fenômeno da globalização. Essas consequências benéficas seriam oriundas de outro processo que acompanha a desterritorialização, por ser indissociável a esta. Trata-se do processo de “reterritorialização”, um movimento de construção de territórios. Seria através da constituição desses novos territórios que a globalização permitiria a uniformização e homogeneização dos aspectos políticos e econômicos a nível mundial.

Jamais no desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos. [...] E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a reterritorialização como retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. Daí todo um sistema de reterritori-

rialização horizontais e complementares, entre a mão e a ferramenta, a boca e o seio. (Guattari & Rolnik⁵ *apud* Haesbaert, 2004, p. 128)

A homogeneização e uniformização resultante do fenômeno globalizante não se dariam a partir da constituição de uma nova forma de organização que agregasse os principais elementos políticos, econômicos e culturais dos diferentes países participantes do processo. Obviamente, isso se daria a partir da imposição das relações já consolidadas, nos países política e economicamente mais fortes, sobre os países periféricos e em desenvolvimento. É esta imposição que daria aos últimos a possibilidade de alcançar as posições já ocupadas pelos primeiros. Assim, os países menos desterritorializados – ou seja, os países centrais – se reterritorializariam sobre os mais desterritorializados – os países periféricos. É importante frisar que, como a globalização ocorrida nos últimos 30 anos é um fenômeno intimamente vinculado ao processo de desregulamentação dos mercados financeiros, o capital seria dotado de relevante poder desterritorializador. Tal poder se expressa na completa decodificação do dinheiro e na sua transmutação em capital, capaz de adquirir força de trabalho e meios de produção, e encontrar formas de valorização, em qualquer parte do globo. Essa capacidade do capital de se difundir e imbricar em todo e qualquer espaço de valorização se dá graças à transformação do território, nas sociedades estatais, em um simples mediador

espacial das relações sociais, deixando de ser um espaço que tem início e fim em si mesmo. A desterritorialização por parte do capital se consolida, assim, não só através da abstração monetária da riqueza, mas também através da descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil, dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas, e dos meios de produção pela formação do capital industrial. (Haesbaert, 2004, p. 136-137)

Especificamente sobre o Estado, é nítido o fato de que este tem o seu papel reduzido frente ao processo da globalização, como já dito. A reconfiguração territorial acaba por seu um dos elementos que quebram os limites espaciais definidos pelo poder do Estado. No entanto, o Estado é um dos elementos sem o qual a rearticulação das escalas espaciais, resultante da desreterritorialização, não se efetiva. O Estado passa a ser um elemento gestor não só de seus espaços subnacionais, mas também dos espaços supranacionais. Esse elemento gestor fica claro na formação dos blocos regionais, formas organizativas que os países encontram para se fortalecer frente ao processo de concorrência internacional – e que, por agrupar diversos territórios distintos, se configura como um processo de reterritorialização.

Os Estados-Nação, sendo demasiados ‘pequenos’ no processo de globalização, são afinal entidades sem as quais a regionalização da economia mundial não seria possível. Entre a economia

mundial e o Estado-Nação surgem, assim, os blocos regionais como uma criação do Estado. (Reis, 2007, p. 90)

Em síntese, a globalização seria um processo que, partindo da reconfiguração territorial em nível global e da consequente quebra de barreiras políticas e econômicas, tornaria possível não apenas a superação de entraves advindos do excesso de intervencionismo estatal, mas também promoveria uma homogeneização das estruturas econômicas a partir da livre circulação dos agentes e recursos. Tal transformação se daria pela desterritorialização e reterritorialização, que recriaria os espaços políticos, econômicos e sociais no intuito de favorecer o equilíbrio entre nações. No entanto, a própria ocorrência dos fatos históricos tratou de mostrar que, uma vez implementados, os instrumentos do processo de globalização não necessariamente conduziram a tais resultados.

3. Os locais na globalização

A constituição de um mundo aparentemente homogêneo via globalização criou a impressão de que as determinações políticas no local e no global fossem as mesmas. Ou seja, a atuação política não precisaria distinguir patamares ou escalas entre esses dois espaços sociais e de produção. No entanto, a análise atenta dos locais na globalização indica que tais mediações são necessárias, visto que cada território terá

características únicas de acordo com o desenvolvimento histórico das forças produtivas e das tradições do local em questão. Tal necessidade fica mais evidente quando se percebe que, no próprio desdobramento concreto, os eixos políticos da globalização não resultaram efetivamente em um processo homogeneizador.

Se retomarmos os três eixos discutidos anteriormente, sobre os quais se sustenta o processo de globalização, percebe-se que eles se efetivam como mitos de um fenômeno que nunca se concretizou tal como enunciado.

Em relação ao primeiro eixo – “a globalização é uma resultante exclusiva das forças de mercado” – é importante qualificar que o início do processo se deu em fins da década de 1970, momento em que o padrão dólar-ouro estava fragilizado. O processo de desregulamentação dos mercados comerciais e financeiros era claramente uma estratégia do governo norte-americano na tentativa de revitalizar sua economia e fortalecer o dólar, recuperando sua hegemonia mundial. Assim, a reestruturação do capitalismo mundial a partir do processo de globalização nada mais foi do que uma estratégia estruturada a partir das opções político-ideológicas de algumas potências mundiais, comandadas pelos EUA, cujo único objetivo era a recuperação de seu domínio econômico a nível mundial.

Quanto ao segundo eixo – “a globalização é um fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador” – somam-se diversos fatos que apontam para a sua completa contradição. Primeiro, a dinâmica de expansão do comércio mundial não se aplica igualmente a todos os países. O crescimento anual do comércio mundial, por sua vez, depende diretamente de um conjunto de grandes empresas que estão situadas nos países centrais. (Batista Jr., 1998) Segundo, os fluxos de investimentos estrangeiros destinam-se, em sua grande maioria, para investimentos financeiros, especulativos, e para fusões e aquisições, pouco restando para os investimentos diretos. (Paulani, 2009) Ou seja, grande parte dos investimentos ocorre sem implicar o aumento da capacidade produtiva. Além disso, grande parte dos investimentos se concentra nos próprios países centrais, como também se pode apreender do estudo de Batista Jr. (1998). Assim, diante da concentração de capitais e investimentos, a globalização acaba por não se configurar enquanto um processo convergente, homogeneizador e muito menos inclusivo. A mesma conclusão é exposta com segurança crítica pelo geógrafo brasileiro Milton Santos no conjunto de sua obra.

Por fim, sobre o terceiro eixo – “a globalização promove a redução da soberania dos Estados nacionais” – há que se considerar que, na medida em que o sistema capitalista

é contemporâneo do sistema interestatal, e o Estado se caracteriza por ser assimétrico e hierarquizado, a globalização faz com que alguns estados se fortaleçam significativamente, agregando graus de soberania interna e externa, ao mesmo tempo em que outros tornam-se prisioneiros dos equilíbrios macroeconômicos, ficando incapazes de implementar políticas de incentivo à competitividade e de proteção social à população. Assim, não há uniformidade em termos da redução e limitação do papel do Estado frente a uma economia global.

Assim, ao promover um processo de desreterritorialização, mas não ser capaz de configurar um ambiente política e economicamente uniforme e homogêneo, a globalização teria provocado reconfigurações territoriais sem, no entanto, desvencilhar as consolidadas relações estruturais entre o centro e a periferia em todos os níveis de análise (global, nacional, regional e municipal). O desdobramento, ao contrário de um movimento de homogeneização, foi a intensificação de problemas estruturais de determinadas economias, cujo encaminhamento foi a intensificação das contradições entre diferentes espaços econômicos e sociais. O que requer, no sentido oposto ao adotado, a busca de um eixo norteador na construção de uma teoria do desenvolvimento territorial no capitalismo concreto, o que se configura repleto de irregularidades e heterogeneidades. Na tentativa de compor esse eixo norteador, que se contraponha às ideias

de homogeneização dos espaços produtivos e sociais, diversas contribuições teóricas foram elaboradas ao longo do século XX.⁶ Se, por um lado, elas corretamente tentavam combinar campos do conhecimento distintos, como a geografia, as ciências sociais, psicologia e história, entre outras, por outro lado, o foco remoto que uma vez sustentou a chamada economia política não foi recuperado de modo sistemático, a não ser pelo geógrafo David Harvey.

Brandão (2007) avalia criticamente uma lista de autores e suas respectivas escolas na tentativa de indicar como proceder progressivamente frente a um material teórico tão extenso acerca do desenvolvimento territorial. Para ele, o desafio é criticar tais posições localistas a partir da recuperação de certas categorias cruciais da tradição da economia política crítica. Tópicos como sociedade, classes sociais e trabalho precisariam, portanto, encontrar pontos de contato com os conceitos de comunidade, atores/agentes e capital social, típicos dessas vertentes, a fim de que se produza uma literatura sobre desenvolvimento territorial crítica e propositiva de acordo com as condições reais em que os problemas do desenvolvimento se apresentam.

Assim, a vertente analítica de sociedade ou economia em rede representada por Manuel Castells exagera a capacidade endógena de certo território por crer que a inserção do local nas redes de informação como a internet permite

uma lógica autodeterminante. Diversos outros autores são mencionados, como Douglass North e Kenichi Ohmae, para quem os Estados-nação terminaram e deram lugar a Estados-região, espaços de poder distintos dos tradicionais Estados originais da formação das nações europeias. A economia solidária representada por Paul Singer também entra na lista de vertentes que dão muito peso à força interna do território, menosprezando assim as determinações gerais da luta de classes e do sistema econômico capitalista.

Já a teoria do crescimento endógeno de Romer e Lucas culmina na ênfase em decisões internas baseadas no melhor funcionamento dos mercados locais, a partir do qual avançam para o conceito de capital humano. Não muito distante desta modalidade de pensar capital, Putnam desenvolve a noção de capital social como arcabouço teórico para tratar dos problemas de desenvolvimento territorial. Aqui, cabe destacar que tal conceito é também desenvolvido por Bourdieu, e de uma maneira talvez mais proveitosa para a construção do instrumental analítico dos territórios na globalização capitalista, ainda que contenha certos limites, visto que ainda aqui a perspectiva individual parece ser a base.

A construção do capital social enquanto força a ser desenvolvida no território como forma de atingir desenvolvimento econômico e social foi em parte influenciada pela dinâmica do

desenvolvimento capitalista do século XX. Esperava-se que a grande unidade produtiva, pelos ganhos de produtividade em escala, fosse a única forma adequada de organização da produção. No entanto, várias especificidades e níveis distintos dos mercados possibilitaram a formação de unidades de produção inseridas no sistema, sem que se tornassem capitais gigantes. A ideologia crescente de que a economia deve ser mais social e humana também influenciou a perspectiva de desenvolvimento das potencialidades locais como forma de atingir progresso material.

Putnam (2000) baseia-se nas experiências da 3ª Itália, em que certas unidades produtivas seguiram um caminho alternativo àquele esperado pela lógica simples da acumulação e concentração. As pequenas associações foram a base para que se desenvolvesse a noção de cooperação local como forma de contornar as dificuldades da concorrência, que vem junto com a globalização. Mas, como há uma ausência muito marcante dos conflitos sociais, das disputas e dos atritos na teoria de Putnam, uma outra concepção de capital social parece ser mais adequada para cumprir as orientações de Brandão (2007) e Haesbaert (2004).

A leitura de alguns textos de Pierre Bourdieu, apoiada nos estudos de Antônio César Ortega e Vitor Alberto Matos sobre o conceito de capital social em Putnam e Bourdieu, indica que este

último tem uma ideia de capital social mais refinada do que Putnam. O conflito em Bourdieu é presente, além do que ele se afasta com determinação perspectiva individualista do *homo economicus*. Em sua delimitação sobre o que seria o capital social, Bourdieu desenvolve a noção de capital simbólico. Aqui, ao invés de haver apenas uma modalidade de capital, sempre associada à riqueza abstrata e poder econômico, o autor francês desmembra a categoria capital em alguns tipos, cuja síntese forma aquilo que se denomina capital simbólico.

A assimilação de cultura, por meio de estudo ou por tradição herdada, forma, por exemplo, o capital cultural. A rede de relacionamentos que um indivíduo possui, por outro lado, compõe o capital social, que seria o ativo na questão de contatos com os demais membros da sociedade. Todos estes elementos conferem certa quantidade de poder ao indivíduo, e o somatório de todas estas dimensões resultaria no capital simbólico adquirido. Este, por sua vez, seria o fator explicativo para a posição ocupada na estrutura social. A partir daqui, fica nítido que esta posição se altera de acordo com o espaço social em questão, assim como de acordo com a trajetória temporal da vida de uma pessoa.

Estas circunstâncias são importantes para tratar das especificidades da política local, pois aquilo que Bourdieu chama de “*habitus*”, ou seja, a maneira de ser e agir, depende do espaço social em

que o sujeito vive. Em comunidades com forte apoio nas tradições para guiar suas normas, por exemplo, não se pode dizer que o poder econômico confira imediatamente a posição hierárquica mais avançada. Um indivíduo conhecedor destas tradições pode ser mais poderoso neste campo do que alguém de fora com muito capital econômico, mas sem *know-how* sobre o local e sua história. Assim, o capital simbólico do nativo seria superior ao do estrangeiro, com o que as relações de poder ali são distintas daquelas que se consideraria pela lógica última do modo de produção capitalista.

Estes avanços de Bourdieu (2007) podem se revelar muito úteis para a elaboração de uma teoria dos desenvolvimentos territoriais, em vista da dinâmica de globalização que compõe o pano de fundo de todo desenvolvimento econômico contemporâneo, seja o de uma economia grande e complexa, seja de uma comunidade ou mesmo domicílio em algum ponto específico do globo. A noção de poder como junção de esferas distintas – ou seja, a compreensão de poder mais ampla do que o mero poder econômico –, permite entender melhor a vida e o cotidiano das localidades que não se reproduzem seguindo a simples lógica de valorização. Neste sentido, o capital social trabalhado por Bourdieu pode ser uma categoria adequada para explicitar a maneira como os membros da localidade se relacionam e como eles reagem à globalização.

Por outro lado, este enfoque em características locais, a preocupação em apreender as tradições e os modos de vida dos diversos territórios, mesmo que não caia em “localismos”, contém limites para o desenvolvimento pleno de uma teoria dos desenvolvimentos territoriais. Não se deve jamais esquecer que o sistema econômico capitalista possui uma lógica singular, que se expressa de modo muito abstrato e amplo na ideia de valorização do valor. Esta singularidade é o núcleo explicativo do turbilhão globalizante, que cria, ainda que de forma altamente desequilibrada e descontínua, um mesmo tipo de sociedade para toda a humanidade. Ao que parece, para compreender como os territórios se comportam neste furacão que é a formação do modo de produção capitalista como modo de produção global, abrangendo toda humanidade, é necessário integrar aos elementos pontuais de poder local a tradição da economia política que teve continuidade científica a partir das contribuições de Karl Marx.

Neste ponto, a síntese efetuada por David Harvey entre economia política marxista e geografia nos oferece um instrumental poderoso tanto para entender como para atuar sobre os territórios e localidades afetados pelo capitalismo ao longo do século XX, quando o sistema finalmente abarcou todos os cantos do globo, ainda que de modos muito distintos.

4. A lei do desenvolvimento desigual e combinado no globo

Um aspecto central geralmente ignorado pelo desenvolvimento da teoria marxista da economia e da história foi a dimensão espacial. A contribuição teórica de Harvey é o esforço sistemático para incluir no bojo tradicional da descrição da produção e acumulação capitalista o espaço, entendido de modo abrangente na geografia. Desse modo, ele visa cobrir uma lacuna ao chamar a atenção para os efeitos que o capital tem sobre a Terra, local de produção, distribuição e consumo da sociedade humana. Esta atividade gera, por fim, uma posição específica do autor em um tema bastante caro à própria tradição marxista mais ortodoxa: o imperialismo. Podemos inferir assim que, ao mesclar a análise de localização com a teoria da acumulação de Marx, Harvey produz uma ligação entre dois componentes desconexos, cuja união é absolutamente fundamental para continuar equipando a classe trabalhadora com uma teoria correta. Trata-se da união entre a teoria abstrata do capital, que determina a singularidade da lógica de valorização do valor, e a análise concreta da história, da dinâmica entre os Estados capitalistas desde a formação do modo de produção capitalista até os conflitos mundiais no século XX.

Harvey (2005) apresenta inicialmente a teoria da acumulação. Partindo do resultado explicitado

por Marx nos primeiros capítulos de *O capital*, qual seja, o de que a lógica do modo de produção capitalista se consubstancia por completo na geração incessante de valor, o problema do crescimento é posto em debate. Mesmo que não explicita a todo momento, Harvey está sempre ciente de que o processo de produção do capital é expansão dupla, de acordo com as dimensões opostas da mercadoria. O crescimento econômico, sob a forma capitalista, é, portanto, acréscimo de riqueza abstrata e aumento quantitativo de riqueza concreta, ou seja, objetos com utilidades específicas para a sociedade (tanto para consumo quanto para produção).

A maneira como o capitalismo aumenta a disponibilidade de bens para a humanidade, ou, em outras palavras, o modo como ele incrementa o domínio do homem sobre a natureza, não fazia parte, no entanto, de sua meta. O desenvolvimento das forças produtivas é um efeito colateral positivo da lógica capitalista. Um dos reflexos disto são as crises. Harvey (*ibidem*) destaca que as crises ocorrem porque esta expansão de valor e valor de uso social total não se dá equilibradamente, e que o ajuste entre a esfera do valor e do valor de uso só se dá mediante “quebras”, movimentos violentos que transparecem sob a forma de crises econômicas. O crescimento é característico do capitalismo, mas de forma alguma é um crescimento harmonioso.

Fiel à caracterização original de Marx sobre o sistema real, Harvey nunca perde de vista que o processo econômico sob o comando do capital é contraditório, conflituoso, tortuoso, que avança “aos tropeços”, renovando-se a cada etapa de entrave no processo de reprodução. Este é um ponto de destaque na leitura que Harvey faz de *O capital* e da teoria econômica em geral, salutar para aqueles que prezam em diferenciar o modelo da realidade. As escolas de pensamento econômico que surgiram desde a dissolução da economia política clássica passaram a se apoiar cada vez mais nas ideias de harmonia, homogeneidade e equilíbrio. Disso resultou a elaboração de modelos da economia que expõem todos os elementos de distúrbios, contraste e desencaixe.

Com efeito, o próprio desenvolvimento teórico em *O capital* foi submetido às formalizações analíticas que, naturalmente, negam os princípios básicos da dialética. Assim, mesmo a teoria de Marx ganhou uma vertente que enfatiza os aspectos de constância e permanência em detrimento dos elementos de destruição e ruptura. Em especial, o problema da acumulação de capital foi um dos responsáveis por forçar muitos marxistas a fechar o modelo de reprodução expandida como forma de demonstrar que o capitalismo tem condições de se reproduzir indefinidamente.⁷

David Harvey, atento aos avisos de Marx quanto à metodologia de pesquisa e apresentação, não se engana quanto à abstração das distorções efetuada em *O capital*. Por isso, o desenvolvimento desigual, inconstante, heterogêneo e desequilibrado é o elemento genuíno da realidade capitalista. Esta visão será a base de Harvey para analisar criticamente as leituras ortodoxas e lineares dos escritos de Marx, especialmente o *Manifesto Comunista*.

De toda forma, o crescimento, tanto de riqueza abstrata quanto concreta, é existente e interrompido pelas crises periódicas, que renovam as condições de acumulação em patamares mais elevados através de rearranjos da estrutura produtiva. Aqui, Harvey se atreve a fornecer uma base analítica de compreensão do imperialismo sem abandonar a lógica do capital. Dado que o sistema precisa expandir para atender à necessidade de expansão valor, Harvey (*ibidem*, p. 47-48) sugere que existem quatro modalidades de adaptação às quais o sistema pode recorrer para evitar a crise.

Primeiro, podem ser criados novos setores de produção, ou seja, novas esferas de atividade, que operem sob a lógica do capital (por exemplo, conversão da produção camponesa de subsistência em produção para o mercado). A divisão do trabalho também pode ser aprofundada para que mais especialidades produtivas apareçam. Em segundo lugar, podem ser

criados novos desejos e novas necessidades por meio de novos produtos. Harvey, escrevendo em 1975,⁸ cita como exemplo os automóveis e bens eletrônicos, mas hoje não teríamos dificuldade de listar uma variedade imensa de artigos cujo propósito de consumo é satisfazer uma necessidade ou um desejo criado pela indústria da propaganda (a Apple parece ser o maior expoente neste caso). Aqui também o processo de racionalização e organização da esfera do consumo para atender a produção capitalista é citado (por exemplo, a obsolescência programada, que força o consumo a se adaptar à dinâmica produtiva do sistema). Um terceiro ponto refere-se à possibilidade de haver incentivos e estímulo para o crescimento populacional, para que a relação entre capital e trabalho não se torne estreita. Finalmente, uma quarta maneira de o capitalismo contornar seus próprios limites é a política de expansão geográfica do sistema para novas regiões.

O importante aqui é notar que Harvey distingue dois modos de crescimento do sistema como forma de empurrar o estouro da crise capitalista para diante. O primeiro é chamado de intensificação, e se refere aos três primeiros itens. Aqui, a atividade econômica é intensificada no âmbito de certa estrutura espacial definida. A economia não se expande espacialmente, mas sim em termos de aprofundamento da intensidade no uso dos recursos existentes na região em que já ocupa.

O outro modo, a quarta maneira de contornar as restrições diretas da reprodução do capital, é chamado de expansão extensiva, ou expansão geográfica: é o aumento da área de abrangência de certa economia, que se torna maior pela anexação de regiões que antes não faziam parte dela. Este ponto seria referente ao imperialismo entendido como avanço espacial dos sistemas regidos pelo capital. Sua contrapartida real é o desenvolvimento do comércio exterior, da exportação de capital e da criação do “mercado mundial”.

Esta divisão entre expansão do valor por intensificação e por extensão é um construto teórico útil para incorporar a dimensão espacial na economia política marxista, mas não significa que seja possível identificá-la na prática. Harvey (2005, p. 48) salienta que “diversos equilíbrios ocorrem entre a intensificação e a expansão geográfica”, podendo um país adotar uma série de combinações de todos os itens para levar a iminência da crise até o limite. O ponto é que, caso a intensificação torne-se muito difícil por algum motivo, o sistema irá recorrer à expansão geográfica como forma de saciar a sede de acumulação do capital.

Percebe-se também que a dimensão espacial não se restringe ao avanço geográfico característico do imperialismo: a intensificação do processo econômico também altera o espaço, por exemplo, pela alteração do terreno na formação de

centros urbanos e de toda malha locomotiva dentro de uma região cuja intensidade produtiva se aprofunda. Aqui se pode destacar o exemplo dos países ou regiões que, pelo acúmulo e concentração de capital, puderam alterar significativamente a paisagem natural de suas economias (como exemplos podemos citar o Japão, as áreas urbanas de Nova York, a densa malha de vias na Alemanha etc.).

A partir daqui, as conexões entre a produção capitalista e as alterações do espaço podem ser analisadas numa crescente de detalhes. Harvey utiliza termos próprios para dar conta deste tipo de interação, como relações de transporte e integração espacial, ou a produção do espaço pelo capital. De forma resumida, toda esta descrição culmina na compreensão totalizante de dois problemas centrais que dominam as controvérsias em torno da globalização: a construção de um mundo inteiro por igual e a relação entre a região e o globo. Em paralelo a este eixo, Harvey se envolve com a controvérsia sobre o imperialismo e tentará também dar uma contribuição aqui.

Mas o ponto central para o tópico em consideração, a relação entre o local e o global, ou a reação dos territórios frente à globalização, é o que Harvey designa de desenvolvimentos geográficos desiguais: uma forma de transformação do espaço e do território ditada pela dinâmica concreta do capitalismo. Amparado por esta

compreensão do processo de reprodução e acumulação capitalista enquanto fenômeno heterogêneo e complexo, Harvey retoma as visões contidas no *Manifesto do Partido Comunista* para abordar o tema da globalização. Qual é, resumidamente, a ideia de Harvey na recuperação do pensamento marxista?

A criação do mundo do capital na perspectiva dos marxistas das primeiras gerações dava muita ênfase aos aspectos unificadores, além de ser bem saliente o tom positivo sobre o sistema capitalista enquanto revolucionador das forças produtivas. Diferentes correntes formaram-se a partir desta visão, desde aquelas ligadas à formação do marxismo como dogma pelo processo de degeneração burocrática ocorrido durante a formação da União Soviética, até as vertentes reformistas de Kautsky e Bernstein.

Em oposição a estas leituras rígidas e lineares, Harvey desenvolve o conceito de “desenvolvimentos geográficos desiguais” para mostrar que a construção do mundo capitalista não é nenhuma transformação equilibrada. Ao invés de pensar na integração de todas as partes do globo ao sistema em uma dinâmica expansiva que iguala imediatamente todas as localidades entre si, a formação do mercado mundial e do modo de produção capitalista total deve ser entendida como algo essencialmente diferenciador, que não elimina as especificidades regionais e as tradições. Harvey (2004) lista uma

série de pontos que problematizam com a visão tradicional do *Manifesto*, sempre com o intuito de atualizar o esboço geral da força globalizante do capitalismo contida no panfleto. São sete pontos de crítica que culminam em conclusões práticas de alta relevância para todo movimento social no começo do século XXI.

Em primeiro lugar, como já foi esboçado, Harvey acredita que a expansão homogênea do modo de produção capitalista pelo globo é uma simplificação grosseira do que ocorre na realidade. A forma como a globalização é exposta no *Manifesto* dá brecha para a formação da ideia de difusão centrífuga do modo de organização econômica a partir da Inglaterra e Europa. Harvey não nega que exista um movimento geográfico que parte do Velho Continente para o resto do mundo. No entanto, ele não pode ser concebido como algo retilíneo, sem distúrbios.

Um segundo ponto é que o texto de Marx e Engels dá grande ênfase no avanço técnico de transporte e comunicação, o que torna o *Manifesto* presciente ao extremo. Em outras palavras, o desenvolvimento das vias de contato e integração geográfica cria a ideia de certeza exagerada do que vem no futuro. No ímpeto de resumir a trajetória completa do desenvolvimento histórico da luta de classes e da sucessão entre modos de produção, haveria ali um raciocínio muito imediato sobre como a formação da sociedade futura se daria necessariamente

a partir do avanço das forças produtivas no capitalismo.

Outra questão, referente à política, diz respeito à formação territorial dos Estados-nação. Esta seria demasiadamente resumida, visto que o mundo do *Manifesto* só se concretizou de fato após 1945, quando as limitações geográficas de domínio entre os estados se firmaram. Ainda assim, lembra Harvey (2004), as linhas divisórias nunca foram fixas e permanecem incertas em várias áreas do mundo até hoje. Isso indica que devemos pensar no mapa político como algo sempre mutante, indefinido, mesmo que a operação mercantil tenha se desenvolvido com força nas pausas entre os grandes conflitos militares.

O quarto e quinto pontos referem-se à pouca atenção dada a aspectos que se tornaram fundamentais ao longo do século XX. Primeiro, a influência do capital financeiro sobre a organização espacial do mundo não tem a importância devida, conforme Harvey (2004). Segundo, a luta de classes é posta de modo muito amplo, sem que se considere as escalas de disputa, ou seja, sem levar em conta a relação entre luta de classes e espaço, sem lembrar que os anseios políticos e organizações são específicos de acordo com o local onde ocorrem. A abstração necessária para conceber o modo de produção capitalista em seu transcurso puro possui a dificuldade de vislumbrar a luta de classes apenas como o

conflito entre capital e trabalho. Na prática, é preciso mediar corretamente a teoria com as forças sociais que dão concretude ao motor da história.

Disso decorrem os dois últimos pontos críticos em relação à visão tradicional do *Manifesto*. De acordo com Harvey (2004), o potencial revolucionário do campo é ignorado. Isto indica que uma reavaliação importante do processo revolucionário no século XX precisa ser feita. Em seguida, e em consonância com a perspectiva linear, o *Manifesto* deixa subentendido que haverá uma homogeneização da classe trabalhadora mundial. O problema do internacionalismo, nacionalismo e imperialismo só pode ser adequadamente tratado se tivermos a noção de que o processo de construção de um trabalhador idêntico no mundo não se completa, por mais que se desenvolva o modo de produção capitalista. Harvey (2004) indica que o capital não cria o modelo abstrato contido no aparato de Marx para descobrir as leis de funcionamento da sociedade moderna. De fato, o capital joga com as diferenças, reproduz desníveis e diferenças que podem ser usadas como espaços de ampliação da acumulação, num processo infundável de desconstrução e reconstrução econômica.

O termo “desenvolvimentos geográficos desiguais” busca resumir esta visão espacial que Harvey tem do capitalismo. De acordo com esta perspectiva, toda força de fragmentação, divisão

e diferenciação entre regiões, ideias e estruturas são trazidas como contraponto à perspectiva do avanço progressista inerente ao capitalismo que deveria culminar por força automática no socialismo. Um aspecto interessante e altamente controverso levantado por Harvey (2004) é a relação entre tradição e racionalidade no capitalismo.

Diferente da visão ortodoxa de que todas as formas de relacionamento pessoal e tradicional são destruídas pelo capital e pela imposição da racionalidade econômica, Harvey (*ibidem*) acredita que o próprio capital recria, mantém e inventa formas tradicionais de relacionamento social. Isto explicaria em boa medida por que certas relações, como o racismo, não apenas continuam a existir mas como dão suporte, de maneira direta e indireta, ao processo de valorização do capital, mesmo em sociedades com desenvolvimento capitalista bastante alto. Harvey argumenta que a manutenção de várias formas sociais tradicionais não se deve ao baixo índice de desenvolvimento capitalista no local. O capitalismo não entra necessariamente em contradição com relações sociais tradicionais, mas se adapta e mesmo fomenta estas relações, desde que sejam benéficas para a acumulação, ainda que pontualmente. Estas relações tradicionais não podem ser observadas como resquícios do passado, que podem ser superadas com mais desenvolvimento capitalista:

A dificuldade central reside no pressuposto de

que a indústria e a mercadificação capitalistas vão levar à homogeneização da população trabalhadora. Há naturalmente um sentido inegável em que isso é verdadeiro, mas o que o pressuposto não consegue avaliar é a maneira pela qual o capitalismo ao mesmo tempo diferencia os trabalhadores uns dos outros, por vezes alimentando antigas distinções culturais, relações de gênero, predileções étnicas e crenças religiosas. [...] O resultado disso é a implantação na paisagem geográfica do capitalismo de todo tipo de divisões de classe, de gênero, e outras divisões sociais. Não é possível compreender divisões como as que há entre cidades e subúrbios, e tanto entre regiões entre nações, como resíduos de alguma ordem antiga. (*ibidem*, p. 60)

Qual é a proposta de David Harvey, então, para superar as limitações apontadas? Resumidamente, é combinar marxismo rígido com toda plethora de ações sociais da segunda metade do século XX, que incluem formas superestruturais nas vertentes como o pós-modernismo, a antiglobalização, as ações pró-meio ambiente, pelos direitos humanos e assim por diante. Um erro comum que deriva do *Manifesto* é que a ação política parece sempre ser determinada fundamentalmente pela escala global. Isto faz com que lutas locais/regionais/específicas sejam desconsideradas por muitos militantes instrumentalizados com o marxismo. Harvey indica que mediações entre o local e o global devem ser feitas, para que o movimento comunista apoiado na teoria de Marx possa ter maior

efetividade. E aqui, em paralelo, encontramos indicações para construir a teoria dos desenvolvimentos territoriais.

Em síntese: as mudanças nas escalas, em conjunto com as diferenças geográficas, devem produzir estratégias de mudança específicas. A ação política deve levar em conta a heterogeneidade entre os diferentes pontos do globo e a dimensão política do problema em termos de luta social. O nexo local/global deve ser trabalhado a partir da distância entre os problemas sociais concretos (de desenvolvimento econômico e social, por exemplo), com a divisão última explicitada pela teoria de Marx: a divisão entre capital e trabalho. Sem essa linha escalar de orientação, o afastamento dos militantes em relação aos teóricos marxistas nunca será superado.

Como resultado, podemos citar um exemplo: é necessário apoiar “particularismos militantes” localizados (antiglobalização, pró-meio ambiente, lutas feministas, direitos diversos) mesmo que eles não se relacionem com a luta da classe trabalhadora no primeiro momento. A teoria de Harvey não abandona as abstrações da teoria marxista, mas não se confunde quanto à possibilidade de criar uma “pessoa socialista homogênea e unificada”.

5. Considerações Finais

A globalização é um processo contraditório que homogeneiza certos elementos e torna outros componentes do sistema ainda mais diferentes entre si. Espacialmente, isto implica a criação de desigualdades combinadas entre territórios da mesma economia global. Esta dinâmica de desenvolvimento econômico gera o que David Harvey denomina “desenvolvimentos geográficos desiguais”.⁹

Esta teoria ou perspectiva de estudo espacial da problemática de escalas em relação às ações políticas para o desenvolvimento econômico e social é, de fato, uma extensão específica da lei do desenvolvimento desigual e combinado enunciada por Trotsky (1939) e que é desenvolvida por Lenin com base em Marx e em toda filosofia anterior. No que consiste o núcleo da teoria? Na dialética enquanto unidade das transformações observadas na realidade. Lenin começou a aplicar a teoria na compreensão de transformações concretas na história da humanidade, e Trotsky deu continuidade à noção de que o desenvolvimento dos fenômenos, inclusive sociais, é, além de desigual, combinado.

A visão linear-homogênea de desenvolvimento não cabe no método de pesquisa, apresentação e ação elaborado por Marx. Harvey compreendeu isto e realizou um duplo movimento que o projetou em termos de popularidade nos anos 2000: primeiro, vinculou todas as manifestações

sociais pontuais ao desenvolvimento do capitalismo e suas contradições como objeto para construção do socialismo e, segundo, combinou a economia política marxista com os estudos da geografia.

A elaboração de estratégias de desenvolvimento para territórios de todo tipo pode, portanto, apoiar-se nessas contribuições sem receio de cair no dogmatismo de progresso linear, de evolução automática típico do marxismo ortodoxo que se difundiu no ocidente a partir de uma série de eventos históricos que deturpam a apropriação do materialismo histórico pela população trabalhadora e a confinaram aos circuitos oficiais de ensino. A desconstrução dessa tradição escolástica do marxismo é um processo fortemente perseguido desde meados dos anos 1920, mas que vem sendo retomada recentemente pela recuperação dos estudos científicos sobre a formação da União Soviética. A noção do desenvolvimento social como uma linha única de evolução é um dos graves erros de apropriação da teoria de Marx que deformaram os elementos mais fundamentais da dialética ali presente. Trotsky (1938) indica que o conceito de evolução foi completamente corrompido pela academia e por autores liberais para significar progresso pacífico. Mas as transformações não ocorrem desta forma, sendo que a evolução da sociedade também não é uma homogeneização dos processos sem distúrbios.

A partir dos anos 1980, Theis (2009) aponta que o tema do desenvolvimento desigual voltou a ser debatido a partir da influência de Michael Löwy. Mais recentemente, o tema foi trabalhado a partir da perspectiva espacial, com o que surge a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, resultado final de toda trajetória intelectual do geógrafo Harvey, responsável por identificar todo aspecto geográfico na teoria econômica de Marx via popularização da visão de aniquilação do tempo pelo espaço efetuado pelo capital. O desenvolvimento geográfico desigual explicita de que forma o capital promove desenvolvimento em certas regiões e retrocesso em outras. Deixa nítido que certos pontos do globo podem atingir níveis impensáveis de acumulação de riqueza material, enquanto outros, mesmo muito próximos destes, afundam em pobreza unívoca.

Theis (2009) lembra que, de fato, vários autores brasileiros incorporam a tese do desenvolvimento desigual no estudo do espaço, talvez até de modo inconsciente, como Milton Santos, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Sabe-se que estes pesquisadores contribuíram incisivamente para a compreensão da realidade nacional, a partir de um arcabouço teórico universal. Isso indica que a dinâmica heterogênea de formação do modo de produção capitalista no globo nunca deve ser perdida de vista. Em outras palavras: não se pode cair no automatismo linear difundido pela tradição marxista oficial após

o estabelecimento da experiência socialista na Rússia, abandonando os aspectos infundáveis de contradição dentro da unidade.

A globalização, apesar de conter uma lógica unificadora sem ambivalências, procede recriando espaços distintos e, portanto, sociedades distintas, ainda que conectadas. As particularidades não desaparecem e não podem ser desprezadas. Uma aproximação dos saberes locais com os estudos sistemáticos organizados sob a forma de conhecimento escrito e codificado é uma condição importante para a elaboração de ações que convertam a mundialização em um movimento de vantagens para os trabalhadores do mundo. Neste sentido, a geografia e economia política de David Harvey podem ser pontos de partida eficazes para coordenar os trabalhos intelectuais na área de desenvolvimento territorial, que insistem em abandonar a teoria marxista para apenas dar conta da descrição dos fenômenos diretamente observáveis na superfície.

Bibliografia

- BATISTA JR. P. N. "Mitos da 'globalização'", *Estudos Avançados*, vol. 12, no. 32, pp. 125-186, 1998.
- BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2007.
- FIORI, J. "Globalização e democracia". In: FIORI, J. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997a.
- _____. "O novo papel do Estado frente à globalização". In: FIORI, J. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997b.
- FRIEDMAN, T. L. *O mundo é plano*. São Paulo: Editora Objetiva, 2005.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2004.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. *A produção capitalista no espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- PAULANI, L. "A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil", *Estudos Avançados*, vol. 23, no. 66, pp. 25-39, 2009.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- REIS, J. *Ensaio de economia impura*. Coimbra: Edições Almedina, 2007.
- THEIS, I. M. "Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual", *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 241-252, 2009.
- TROTSKY, L. *O programa de transição*. *The Marxists Internet Archive*, 1938. Disponível em: <www.marxists.org>.
- _____. "The ABC of Materialist Dialectics". In: TROTSKY, L. *A petit-bourgeois opposition in the Socialist Workers Party*, Trotsky, December 15, 1939. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1939/12/abc.htm>>. Acesso em: 20/12/2012.

Notas

1 Thomas L. Friedman defende uma visão de globalização em que as divisões territoriais tornam-se cada vez mais irrelevantes e que os países têm condições iguais de competição no mercado mundial. Ver Friedman (2005).

2 Apesar da ênfase recente dada ao termo, Harvey (2005, p. 80) pontua que a globalização já é um fenômeno presente no capitalismo desde o florescimento da internacionalização das trocas e do comércio.

3 As reconfigurações nos planos político, ideológico e geopolítico ocorrem, respectivamente, com a expansão do número de democracias, com a hegemonia do liberalismo econômico e com a reorganização da supremacia mundial norte-americana.

4 Santos, M. *Natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2008.

5 Guattari, E. & Rolnik, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

6 Salientamos com apoio em Brandão (2007) que essas contribuições não necessariamente foram elaboradas para se contrapor ao ideário neoliberal, mas que, concretamente, servem de contraponto à noção de homogeneização dos diferentes territórios.

7 Sobre isso, ver Luxemburgo (1970) criticando os marxistas russos contra os populistas na controvérsia sobre a viabilidade do capitalismo na Rússia.

8 Aqui, fazemos referência ao texto “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”, primeiro capítulo do livro *A produção capitalista no espaço* (2005), que foi originalmente publicado em “Antipode”, na versão de 1975.

9 O presente artigo aproxima-se da perspectiva de David Harvey com base em um elemento: a presença da lei do desenvolvimento desigual e combinado em seus estudos sobre a espacialidade do modo de produção capitalista. A recuperação deste elemento contribui para desmistificar a noção de linearidade de desenvolvimento econômico e social que impregna todas as correntes oriundas do paradigma eurocêntrico. Este é o motivo pelo qual a defesa de Harvey feita aqui não contém um contraponto crítico. Outros aspectos que permitem um maior distanciamento de Harvey (como sua interpretação particular da teoria econômica de Marx) devem ser abordados em outra ocasião.